



Entrevista

MARIA LUISA FURLAN COSTA

A FORMAÇÃO DOCENTE UTILIZANDO AS TDICS REQUER
INVESTIMENTOS PARA UMA VERDADEIRA INCLUSÃO DIGITAL

A FORMAÇÃO DOCENTE UTILIZANDO AS TDICS REQUER INVESTIMENTOS PARA UMA VERDADEIRA INCLUSÃO DIGITAL

ENTREVISTA COM MARIA LUISA FURLAN COSTA

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

POR

Scheyla Joanne Horst

Docente da Universidade Estadual de Maringá há mais de duas décadas, a professora Maria Luisa Furlan Costa possui uma trajetória de destaque relacionada à pesquisa e à prática na modalidade de Educação a Distância, no Ensino Superior público, contribuindo para a construção de cursos em sua instituição e realizando pesquisas focadas no assunto.

Ela é Doutora em Educação Escolar, Mestre em Educação e graduada em História. Ministra aulas na graduação e na pós-graduação e lidera o Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC). Nesta edição da **Revista Aproximação**, nos conta sobre a importância das políticas públicas educacionais para a efetivação do uso das TDICs pelos professores.

Em um cenário de informações difusas sobre o impacto do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia e a respeito da própria qualidade da modalidade EaD praticada no Brasil, a pesquisadora é enfática em defender a investigação científica de consistência para análise e avaliação de contextos.

Em seu ponto de vista, ainda é um desafio o convencimento dos professores e da sociedade, de um modo geral, de que a aprendizagem pode “ocorrer de forma presencial, mas também na modalidade a distância”. Para que de fato isto se concretize, são outros tantos desafios a fim de alcançar a verdadeira inclusão digital.

Professora, por favor, nos conte sobre a sua trajetória profissional relacionada à Educação a Distância e à formação de professores. Como começou o seu interesse nesta área?

Eu sou professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) desde 1999, justamente no ano/período em que a nossa instituição começou a discutir a possibilidade da oferta de um curso de graduação na modalidade a distância. Naquele período o foco era a formação de professores e quando o meu departamento foi chamado a participar do curso eu aceitei o desafio de na companhia de alguns colegas liberar o processo de criação do curso Normal Superior, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Foi assim que tudo começou. Um aprendizado constante que me levou a assumir a coordenação pedagógica do primeiro curso de graduação na modalidade a distância da UEM, no ano de 2001. Trabalhamos muito para credenciar a instituição junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos a distância, para autorizar o primeiro curso e depois para reconhecer o curso Normal Superior. Foram muitos desafios permeados por uma tensão constante, pois nos conselhos superiores a voz dos que eram contrários a essa iniciativa soava em alto e

bom tom. Mas fomos enfrentando os desafios até que, no ano de 2004, conseguimos dar oficialidade a oferta de cursos a distância na UEM. Neste mesmo ano participamos e fomos contemplados em um edital do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância, com recursos para a construção do Núcleo de Educação a Distância e para a produção do nosso primeiro material didático. Penso que essa foi a experiência mais desafiadora da minha carreira profissional que me levou, posteriormente, a assumir o cargo de Diretora do Núcleo de Educação a Distância e a Coordenação do Programa Universidade Aberta do Brasil por mais de 10 anos.

Não adianta usar tecnologias para fazer tudo da mesma forma, do mesmo jeito e para o mesmo fim.

Em seu ponto de vista, quais são os principais desafios para a formação docente relacionada à utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) nos dias de hoje?

Do meu ponto de vista ainda precisamos convencer os professores que a aprendizagem pode ocorrer de forma presencial, mas também na modalidade a distância. Nós ainda temos professores que não estão convencidos de que a formação inicial de professores em cursos ofertados a distância pode ter a mesma qualidade daquela ofertada presencialmente. Este é um desafio que ainda não foi totalmente superado no Brasil e, por conta disto, ainda se faz presente no cenário educacional a dicotomia entre duas modalidades de ensino que reforça o preconceito com relação à modalidade a distância que é legalmente reconhecida. Um outro desafio é convencer os nossos governantes de que a formação docente utilizando as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação requer investimentos para uma verdadeira inclusão digital. Nós ainda temos problemas de conexão em muitas regiões do Brasil e isto somente pode ser resolvido com uma política de estado que tenha continuidade, pois nós ainda temos a descontinuidade de programas de formação de professores por falta de recursos financeiros. Mas quero ressaltar que já avançamos muito e que a pandemia que vivenciamos por conta da Covid-19 acabou por demonstrar que os desafios podem ser superados, mas para isto precisamos de políticas públicas para a formação de professores, tanto para o ensino presencial quanto para a modalidade a distância.

Quais são as diferenças e as características – também pensando em políticas públicas – entre o uso de TDICs na docência na Educação Básica e a utilização de TDICs no Ensino Superior?

As diferenças existem e não podem ser ignoradas, mas a meu ver precisamos primeiro vencer o desafio de utilizar de forma adequada as TDICs no Ensino Superior. Isto requer mudança de postura dos professores, mudança na forma de avaliação, modificação na legislação, enfim, precisamos de políticas públicas que possam levar os professores a adotarem metodologias diferenciadas no processo ensino-aprendizagem. Não adianta usar tecnologias para fazer tudo da mesma forma, do mesmo jeito e para o mesmo fim. É

preciso uma transformação que deve vir, inclusive, da Educação Básica. A meu ver são os alunos que estão chegando na escola mais familiarizados com a tecnologia que vão impor a necessidade da mudança. Mas de novo precisamos pensar em políticas públicas para a inclusão digital.

A pandemia de Covid-19 trouxe a experiência do Ensino Remoto Emergencial na educação em âmbito mundial, gerando reflexões entre os docentes sobre a necessidade de formação continuada, além de algumas modificações de abordagens que podem perdurar mesmo no pós-pandemia. Como mensurar o impacto e pensar em estratégias que viabilizem a efetivação da Educação Híbrida?

A experiência do Ensino Remoto Emergencial precisa ser avaliada por meio de pesquisas consistentes, pois precisamos avaliar com muita seriedade o trabalho realizado. Nós já temos dissertações, teses e artigos científicos que trazem dados importantes e que podem dar subsídios para um novo olhar para as nossas práticas pedagógicas. Eu não tenho certeza de que nós temos uma grande resistência dos docentes para manterem as atividades e propostas on-line. Eu vejo, na UEM, professores dizendo que se pudessem gostariam de prosseguir com as atividades remotas. Contudo, precisamos de dados mais consistentes para que possamos avaliar as experiências realizadas e pensar em políticas públicas que possam propiciar a aprendizagem híbrida, ou seja, estimular o desenvolvimento de atividades presenciais e a distância que possam ocorrer de forma simultânea. Precisamos avançar

A experiência do ERE deve ser analisada por meio de pesquisas consistentes, pois precisamos avaliar com muita seriedade o trabalho realizado.

neste sentido, pois a meu ver é assim que podemos caminhar para um modelo de ensino em que exista convergência de duas modalidades de ensino que buscam a qualidade da educação. Eu acredito que chegaremos um dia a romper com a ideia de que para um aluno avançar de uma série para outra ele precisa cumprir um determinado número de dias letivos ou uma carga horária presencial determinada na legislação vigente.

Eu realmente acredito que os alunos e os professores podem ensinar/aprender em tempos e lugares diversos. A sala de aula tradicional já não é mais o único lugar para que nossos estudantes possam adquirir conhecimento.

Outro ponto que foi muito abordado durante a pandemia foi a confusão de terminologias, de professores e alunos chamando o ERE de EaD, enfatizando em geral aspectos negativos, como falta de participação dos estudantes nas aulas síncronas, dificuldades de acesso por questões relacionadas à internet ou dispositivos, falta de engajamento, etc. De certa forma, pode ter sido ampliado o preconceito que já existia quanto à EaD? Sabendo da sua experiência como pesquisadora da Educação a Distância, a que pontos você atribui essa questão?

Particularmente eu entendo esta confusão conceitual em função da emergência de prosseguir com as atividades letivas em razão de uma pandemia mundial. É claro que no

momento de tomada de decisão a falta de conhecimento de gestores provocou mais confusão do que solução dos problemas a serem enfrentados. Com isto, o preconceito com a EaD que ainda não foi superado no Brasil trouxe uma certa confusão conceitual. Contudo, eu não acredito que temos dados suficientes para afirmar de forma contundente de que o Ensino Remoto Emergencial ampliou o preconceito com a modalidade a distância. O que faltou no meu ponto de vista foi um trabalho efetivo do Ministério da Educação para o enfrentamento da crise que se instalou no Brasil por conta da pandemia e, em função disto, os estados e municípios adotaram estratégias nem sempre adequadas para desenvolver as atividades pedagógicas. Eu observei que alguns estados e regiões do Brasil foram mais eficazes do que outros, gerando uma certa confusão conceitual. Para mim o que precisa ficar claro é que temos no Brasil apenas duas modalidades de ensino, ou seja, ensino presencial e educação na modalidade a distância. O ERE deve ser entendido como uma estratégia para enfrentar os problemas gerados pela pandemia. Mas não podemos negar que os pontos negativos apontados com relação à EaD são reais, pois de fato precisamos de uma política de inclusão digital que propicie, por exemplo, momentos síncronos em que os alunos possam participar com equipamentos adequados e uma conexão que propicie sua interação efetiva com todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Você pode nos apresentar o seu Grupo de Pesquisa?

O Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEa-DTEC) é constituído por professores, alunos da pós-graduação, da graduação e egressos dos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá. Este grupo foi criado em 2010 e tem, hoje, 29 membros cadastrados na plataforma do CNPq. O grupo trabalha com temáticas que envolvem o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs) nas instituições públicas e particulares de ensino, perpassando por todos os níveis e modalidades de ensino. Nós trabalhamos com temáticas diversas, com ênfase nas políticas públicas voltadas para questões relacionadas com a modalidade a distância, a educação digital, os ambientes virtuais de aprendizagem, a qualidade da EaD, a Base Nacional Comum Curricular, as Metodologias Ativas, entre outros.